

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM CAMPUS DE
FREDERICO WESTPHALEN DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS
AGRONÔMICAS E AMBIENTAIS

Graziela Ulbrik

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE CRÉDITO RURAL PARA
MULHERES E JOVENS**

Frederico Westphalen, RS
2024

Graziela Ulbrik

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE CRÉDITO RURAL PARA
MULHERES E JOVENS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Agronomia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Fernando Panno

Frederico Westphalen, RS

2024.

Graziela Ulbrik

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE CRÉDITO RURAL PARA
MULHERES E JOVENS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Agronomia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Engenheiro Agrônomo.

Aprovado em xx de xx de xx:

Prof. Dr.º. Fernando Panno (UFSM) (Orientador)

Comissão de avaliação (UFSM)

Comissão de avaliação (UFSM)

Frederico Westphalen, RS

2024.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, agradeço por guiar sempre meus passos nos momentos de dificuldade enfrentados. Por sempre me dar força e coragem para seguir em busca dos meus sonhos.

Aos meus pais Ada e Elio, minha irmã Gabriela, ao meu namorado Angel pelo apoio e incentivo que serviram de alicerce para as minhas realizações. Nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da dedicação no presente. A vocês, todo meu amor e gratidão!

Aos demais familiares e amigos que sempre me incentivaram a conquistar meus objetivos.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen-RS, bem como seus professores, pelo ensino de qualidade e por contribuir com excelência na minha formação acadêmica. Obrigada por me permitir melhorar como ser humano e me moldar tão bem como profissional.

Ao meu orientador Prof Dr. Fernando Panno, que apesar da intensa rotina de sua vida acadêmica aceitou esse desafio. Gratidão por compartilhar seus conhecimentos, tempo, bem como sua amizade. Levarei suas dicas valiosas para a vida.

Por fim, quero agradecer aos meus amigos, Alexandre, Alisson, Elyn, Cristian, Gabriel, Leonardo Marin, Leonardo da Luz, Lucas, Luiz Fernando e Maria Eduarda, com quem dividi desafios, conquistas, noites de estudos, alegrias e angústias. Obrigado por todos os conselhos e suporte. Vocês foram essenciais para tornar esses anos de graduação mais leves.

RESUMO

ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE CRÉDITO RURAL PARA MULHERES E JOVENS

AUTOR: Graziela Ulbrik

ORIENTADOR: Prof. Dr. Fernando Panno

A agricultura é uma atividade de grande importância tanto para o setor alimentício como para a geração de matéria prima. Assim a permanência dos jovens e mulheres nesse meio, torna-se essencial, visto que a propriedade terá maiores chances de incentivos à sucessão rural e as mulheres terão um papel essencial na parte financeira da propriedade. Por isso, este trabalho tem o objetivo de compreender como ocorre as políticas de crédito rural direcionado para os jovens e mulheres da propriedade, bem como seus apoios e incentivos. Também, busca analisar como as instituições financeiras e de educação abordam o planejamento financeiro. Será abordado, como os jovens futuros sucessores estão se preparando para o processo sucessório qual a influência do Crédito Rural para tomar essa decisão. Assim, pode ser observado o quanto as instituições entendem a importância de ter mais inclusão desse público no meio rural. Da mesma forma, o presente estudo busca especificar os principais desafios enfrentados pela juventude e pelo público feminino ao procurar meios financeiros para sua propriedade agrícola. Analisando formas de facilitar a inclusão dos grupos citados, pois estão diretamente relacionados à qualidade de vida, desenvolvimento social e maximização de renda e dos negócios.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Social. Maximização de Renda. Sucessão Familiar. Planejamento Financeiro.

ABSTRACT

EXPLORATORY STUDY ON RURAL CREDIT FOR WOMEN AND YOUTH

AUTHOR: Graziela Ulbrik

ADVISOR: Prof. Dr. Fernando Panno

Agriculture is an activity of great importance both for the food sector and for the generation of raw materials. Therefore, the permanence of young people and women in this environment becomes essential, since the property will have greater chances of incentives for rural succession and women will have an essential role in the financial part of the property. Therefore, this work aims to understand how rural credit policies target young people and women on the property, as well as their support and incentives. It also seeks to analyze how financial and educational institutions approach financial planning. It will be discussed how young future successors are preparing for the succession process and what influence Rural Credit has in making this decision. Thus, it can be observed how much institutions understand the importance of having more inclusion of this public in rural areas. Likewise, the present study seeks to specify the main challenges faced by youth and women when looking for financial means for their agricultural property. Analyzing ways to facilitate the inclusion of the aforementioned groups, as they are directly related to quality of life, social development and maximization of income and business

Keywords: Social development. Income Maximization. Family Succession. Financial Planning.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS;

PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAP	Capital Social
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
SNCR	Sistema Nacional de Cadastro Rural
CPR	Cédula de Produto Rural
CDA	Certificado de Depósito Agropecuário
WA	Warrant Agropecuário
LCA	Letra de Crédito do Agronegócio
CRA	Certificados de Recebíveis do Agronegócio
CDCA	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
CDA/WA	Certificados de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Caracterização do local da propriedade	27
Tabela 2. Conhecimento sobre as políticas de crédito rural.	28
Tabela 3. Utilização e finalidade do crédito rural na propriedade	28
Tabela 4. Conhecimento e interesse dos jovens no Pronaf Jovem	29
Tabela 5. Influência do crédito rural na sucessão familiar	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
	2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL	11
	2.2 CARACTERIAZAÇÃO DAS POLÍTICAS	13
3	METODOLOGIA	19
	3.1 CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO	19
	3.2 PLANO DE COLETA DE DADOS	19
	3.3 PLANO DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	22
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	21
	4.1 ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE APOIO	21
	4.1.1 Sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalen	21
	4.1.2 Sicredi Conexão	22
	4.1.3 Emater/RS-Ascar de Frederico Westphalen	24
	4.1.4 Cresol Raiz	26
	4.2 QUESTIONÁRIO COM JOVENS ALUNOS DA CASA FAMILIAR RURAL COM SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O CRÉDITO RURAL NAS PROPRIEDADES E SUCESSÃO FAMILIAR	27
	4.2.1 Caracterização dos jovens potenciais sucessores	27
	4.2.2 Conhecimento dos jovens sobre as Políticas de Crédito Rural disponíveis	29
	4.2.3 Se já utilizaram e qual foi a finalidade do uso as políticas de crédito rural	29
	4.2.4 Pronaf Jovem	30
	4.2.5 Sucessão familiar	31
5	CONCLUSÃO	33
6	REFERÊNCIAS	34
7	APÊNDICE	38

1. INTRODUÇÃO

A agricultura está cada dia mais desenvolvida e tecnológica, graças ao avanço de diversos fatores, como a criação de software, máquinas desenvolvidas, internet e luz no meio rural, assistência técnica de qualidade viabilizando a realização de uma agricultura de precisão, onde os gastos são minimizados, possibilitando avaliar a real necessidade das culturas, animais. Assim pode-se criar um planejamento adequado e financeiramente viável da produção e do manejo na propriedade. (LIMA, 2004. Apostila acadêmica não publicada)

O crédito rural é um pilar essencial para o progresso das comunidades agrícolas em todo o globo, assegurando os recursos financeiros necessários aos agricultores e produtores rurais, possibilitando aos pequenos agricultores a prática de uma agricultura de precisão, com o uso de tecnologias e técnicas mais assertivas nos seus sistemas produtivos.

A Política Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) representa um marco significativo no apoio ao desenvolvimento agrícola no Brasil, sendo criada e organizada pelo poder público. Por meio desta iniciativa, as instituições financeiras desempenham um papel fundamental ao fomentar e facilitar o acesso dos agricultores familiares a créditos específicos. Essa política não apenas visa fortalecer a economia dos pequenos produtores, mas também promove a inclusão social e o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais. Assim, o PRONAF emerge como uma ferramenta essencial para garantir condições justas e acessíveis de financiamento, contribuindo para o crescimento e a resiliência do setor agrícola familiar no país.

O estudo traz uma análise do crédito rural, especialmente para jovens e mulheres, abordando sua significância econômica e social, bem como seus desafios e oportunidades. O trabalho vai explorar a relevância do crédito rural como uma ferramenta de empoderamento para esses grupos, destacando os desafios que esses públicos enfrentam e as oportunidades e benefícios que o crédito pode oferecer.

Serão discutidas as diferentes formas das instituições financeiras e de apoio abordar o público alvo, bem como, as formas de financiamentos disponíveis e os programas de incentivo. Além disso, serão recomendados ações, políticas e programas para facilitar e ampliar o acesso ao crédito rural. Por meio de estudos e análises qualitativas e quantitativas, este trabalho busca fornecer estratégias visando aumentar o desenvolvimento econômico e duradouro no campo e reduzir a desigualdade no meio rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse referencial teórico são abordados temas sobre Crédito Rural, Políticas Públicas, Crédito Rural para jovens e público feminino. Entre eles os conceitos básicos, histórico, fatores, vantagens e desvantagens. Sendo todos esses temas baseados em referências de vários autores.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL

O aumento da colaboração entre o Estado e a sociedade nas políticas públicas, especialmente através de abordagens descentralizadas e territorialidades, demonstra uma maior percepção das demandas sociais e o incentivo à participação cidadã. Entretanto, esse processo também traz desafios significativos para ambas as partes, demandando compromissos recíprocos e uma reestruturação das dinâmicas de poder (RUIZ; GERHARDT, 2012).

Contudo, a abordagem desenvolvimentista adotada pelo Estado não apenas agravou as disparidades dentro do setor agropecuário, mas também dentro de todo o sistema econômico, aproveitando-se da vulnerabilidade social e política da base da sociedade para desestimular sua participação na esfera pública com demandas próprias, que poderiam competir com aquelas estabelecidas pelo pacto da 'modernização conservadora' (DELGADO, 2012).

Os desfechos desfavoráveis desse processo de modernização se manifestaram de forma evidente. As políticas centralizadoras adotadas pelo governo central, desprovidas de sensibilidade para as especificidades locais, falharam em satisfazer as necessidades individuais de cada região ou setor produtivo. Como resultado, os agricultores familiares enfrentam consequências severas, incluindo endividamento, desemprego, perda de terras, migração rural e agrícola, e degradação ambiental (GRISA, 2010).

No início dos anos 1980, o modelo de modernização econômica enfrentou desafios devido à diminuição do crédito subsidiado, coincidindo com ajustes econômicos globais que resultaram na adoção de políticas neoliberais nos anos 1990. Nesse contexto, surgiu a necessidade de estabelecer novos espaços públicos para a participação social, especialmente após a redemocratização e descentralização das políticas públicas em 1988. Ao mesmo tempo, reconheceu-se a importância da agricultura familiar, o que levou à transição de

políticas setoriais para políticas territoriais no final da década de 1990 (HENTZ; NETO, 2016)

O aumento do uso e reconhecimento do conceito de "desenvolvimento" - integrado, sustentável, humano - é evidente, indicando a necessidade de uma revisão do modelo adotado no Brasil para além dos aspectos econômicos e de orientar as ações do Estado nas políticas públicas. Esse redirecionamento se fortalece nas décadas de 1980 e 1990, à medida que a abordagem regional se mostra cada vez mais inadequada, destacando as limitações da região como unidade de referência para o desenvolvimento rural (SCHNEIDER, 2004). As políticas públicas, que gradualmente se afastam da abordagem setorial, começam a favorecer o enfoque territorial de desenvolvimento, promovendo a cooperação entre os diversos atores sociais. A integração do desenvolvimento territorial nas políticas públicas no Brasil, juntamente com a descentralização e a redução da intervenção estatal, é um fenômeno recente (FAVARETO, 2010).

Com a crise financeira, o Estado perde sua capacidade de financiamento e se aproxima do modelo neoliberal, transferindo responsabilidades para as esferas subnacionais de governo (COUTO; ABRUCIO, 1996). No entanto, a transição de uma política centralizada para uma descentralizada enfrenta desafios, já que a descentralização não necessariamente altera as relações de poder locais (GUANZIROLLI, 2006).

Com a descentralização administrativa, as políticas públicas, especialmente as voltadas para o espaço rural, passam por mudanças significativas, reconhecendo a diversidade dos espaços e valorizando as especificidades regionais (OLIVEIRA, 2002). Isso possibilita a participação e responsabilização dos atores locais na elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento rural. Considerar as características regionais na definição de políticas e instrumentos de intervenção permite o desenvolvimento de políticas adaptadas à realidade de cada espaço (OLIVEIRA, 2002).

A atual abordagem do desenvolvimento rural busca lidar com as transformações ocorridas nas décadas anteriores, migrando de um enfoque específico para um mais abrangente, territorial. Isso implica reconhecer a complexidade dos espaços rurais e a necessidade de uma intervenção política renovada. A abordagem territorial, conforme descrita por Schneider (2004), desempenha um papel crucial ao considerar o espaço como o local onde se desenrolam as interações sociais, econômicas, políticas e institucionais.

No contexto brasileiro, políticas territoriais ganham destaque com iniciativas como o Programa LEADER e a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, tendo o

PRONAF como um exemplo proeminente de intervenção estatal no meio rural, reconhecendo e fortalecendo a agricultura familiar como um ator social específico, conforme enfatizado por Abramovay (1999). O PRONAF tem sido fundamental para impulsionar a agricultura familiar em termos técnicos, financeiros e de infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento das áreas rurais, conforme observado por Schneider et al. (2004). Entretanto, mesmo com esses avanços, as políticas públicas ainda enfrentam desafios para contemplar a diversidade e as particularidades regionais do Brasil, enfrentando a predominância da agricultura empresarial sobre a familiar, como destacado por De Medeiros Hespanhol (2010). A adaptação de políticas estrangeiras para a realidade brasileira revela a dificuldade em abordar as especificidades locais, exigindo um processo de aprendizado e consolidação das políticas de desenvolvimento territorial, como apontado por Favareto (2010).

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

O crédito rural assume um papel fundamental na política agrícola brasileira, atuando como um pilar essencial para o desenvolvimento do setor (SPANEVELLO et al., 2021). Considerada como um sistema para disponibilização de crédito às atividades agropecuárias, com taxas de juros e termos de pagamento favoráveis aos agricultores, a política de crédito rural é um dos principais pilares da política agrícola brasileira em apoio ao setor. A instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) pelo governo federal em 1965 oficializou esse suporte ao setor agropecuário no Brasil (EUSÉBIO; TONETO, 2012).

O período pós-guerra se dividiu em duas fases distintas em relação ao papel da agricultura no desenvolvimento econômico, com os anos 1960 representando uma mudança significativa. Inicialmente, a agricultura foi vista como um meio de financiar a industrialização, principalmente através da exportação de café e das condições externas favoráveis. No entanto, a partir da metade dos anos 1960, surgiram novos objetivos econômicos, como a estabilidade de preços e o fortalecimento das relações intersetoriais e internacionais no setor agrícola (SCHEDENFELDT et al., 2021).

Após o estabelecimento sólido do setor de bens de capital e insumos básicos na economia brasileira, uma nova fase se desdobra, caracterizada por uma maior complexidade e uma integração mais estreita com a economia global. A internacionalização do capital e a disseminação da Revolução Verde impulsionam a modernização e industrialização da agricultura, dando origem ao Complexo Agroindustrial Rural (BACHA et al., 2018).

Nesse contexto, a dinâmica agrícola passa a ser direcionada pelo padrão de acumulação industrial, com o Estado desempenhando um papel fundamental na condução desse processo. Além disso, o Estado é responsável por criar as condições propícias para a expansão e a sustentação do setor, considerando que as demandas da indústria e da vida urbana exercem influência sobre as transformações na agricultura (SCHEDENFFELDT et al., 2021).

A estrutura dos novos Complexos Agroindustriais reflete uma dinâmica mais ampla, que transcende os aspectos puramente agrícolas, e a divisão entre mercado interno e externo perde relevância diante da interação entre agricultura e indústria (DE SOUZA et al., 2023).

Em 1965, o Brasil testemunhou uma série de inovações que moldaram sua política econômica e monetária, especialmente voltadas para impulsionar o setor agropecuário. Delgado (1985) destaca três mudanças fundamentais: a implementação de subsídios creditícios para modernizar a agricultura, o estabelecimento do SNCR, e medidas de incentivo às exportações, acompanhadas pela transição para um sistema de mini desvalorizações cambiais. O SNCR, criado pela Lei 4.829/65, foi concebido para promover investimentos ordenados na zona rural, facilitando o financiamento da produção, armazenamento e comercialização de produtos agropecuários. Além disso, visava fortalecer os produtores rurais, especialmente os de menor porte, e promover práticas de produção sustentáveis.

A transformação do sistema de financiamento agrícola no Brasil foi marcada pela inclusão de diversos agentes financeiros, rompendo com a tradicional centralização no Banco do Brasil. A partir de 1965, bancos regionais, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, bancos estaduais, bancos privados, sociedades de crédito e cooperativas passaram a desempenhar um papel crucial na oferta de crédito rural. De acordo com Delgado (1985), as fontes de financiamento podem ser classificadas em expansão passiva do crédito, utilizando recursos disponíveis previamente, e expansão ativa do crédito, na qual os bancos criam débitos para expandir o crédito sem uma base prévia de depósitos. A legislação de 1967, que exigia que os bancos destinem 10% de seus depósitos à vista para crédito rural, marcou o início do SNCR, destacando a expansão passiva do crédito como a principal fonte de financiamento para a política de crédito rural (MOREIRA, 2017).

Na década de 2000, foram desenvolvidas modalidades alternativas para aumentar a participação de agentes privados no financiamento agrícola e pecuário devido à diminuição do financiamento público (ROCHA; OZAKI, 2020). A Lei nº 11.076/2004 facilitou essa mudança, permitindo o investimento do setor privado no agronegócio com maior segurança

(SILVA et al., 2006). Surgiram novos instrumentos de financiamento, incluindo o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA). Esses títulos representam direitos de crédito, são livremente negociáveis e estão associados ao crédito do agronegócio, geralmente com caráter nominativo (SCHEDENFFELDT et al., 2021).

2.3 EVOLUÇÃO DO CRÉDITO RURAL

O crédito rural representa o principal mecanismo da política agrícola brasileira, conforme apontado por Wedekin et al. (2019). No Plano Safra 2023/2024, foram disponibilizados R\$ 364,22 bilhões, sendo R\$ 272,11 bilhões destinados ao custeio, comercialização e industrialização, e R\$ 92,1 bilhões para investimentos (BRASIL, 2024).

Ao longo do tempo, essa política passou por diversas adaptações para atender às mudanças no contexto macroeconômico e às estratégias governamentais. Nas décadas de 1960 e 1970, o governo interveio significativamente no setor para modernizar e expandir a produção agrícola, enquanto na década de 1980, marcada pela inflação intensa e pela crise fiscal, o governo não pôde mais se manter como principal provedor de recursos para a agropecuária (RAMOS; MARTHA JÚNIOR, 2010).

A legislação define quatro propósitos principais para o crédito rural: custeio, investimento, comercialização e industrialização (SILVA; DE CARVALHO, 2022). Para atender a esses objetivos, várias fontes de financiamento foram integradas ao sistema, incluindo saldos de depósitos à vista em bancos públicos, recursos de fundos e programas agrícolas, saldos líquidos do Tesouro Nacional e depósitos em moeda nos bancos comerciais no Banco Central, entre outros (AGUIAR, 2019).

Além disso, através de resoluções, como a de número 695 de 22 de setembro de 1967, estabeleceu-se a obrigatoriedade de destinar uma porcentagem dos saldos de depósitos à vista dos bancos comerciais para o financiamento agrícola, com aumentos graduais ao longo dos anos. Como resultado, o governo passou a ser responsável por uma parcela crescente do saldo total do crédito rural, especialmente na década de 1970. Isso se refletiu no aumento substancial do número de contratos de crédito rural e em seu valor total, de acordo com dados de Araújo (2011).

As políticas de industrialização substitutiva de importação buscavam aumentar a demanda por máquinas, equipamentos e insumos da indústria nacional, impulsionando o crescimento do mercado através do fluxo de renda proveniente da agricultura para outros setores (ROCHA; OZAKI, 2020). Isso foi possibilitado pela disponibilidade crescente de crédito rural durante o período, conforme destacado por Fürstenau (1987).

No entanto, no final da década de 1980, houve uma redução significativa nos gastos públicos com a agropecuária, caindo de 10,84% em 1987 para apenas 0,86% em 2016 (ROCHA; OZAKI, 2020). Essa diminuição foi motivada por mudanças no cenário econômico, incluindo a crise internacional do petróleo, o endividamento externo e a recessão prolongada, conforme observado por Almeida (1994).

O crédito rural também foi afetado, com uma queda no valor concedido de 1986 a 1996, e aumento sistemático nas taxas de juros reais a partir de então, como ressaltado por Bacha (2018). Diante desse contexto, o governo incentivou a criação de novos instrumentos privados para financiar a agropecuária, como a CPR em 1994, CDA/WA, LCA, CRA e CDCA em 2004, conforme estabelecido pela Lei 11.076 (BRASIL, 2004).

A existência de dois grandes grupos de financiamento rural, o crédito rural oficial e o crédito rural não oficial, oferece uma diversidade de opções que podem ser benéficas para os agricultores e para o desenvolvimento rural como um todo. O crédito rural oficial, operado por instituições bancárias e cooperativas de crédito, segue diretrizes estabelecidas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural e pelo Manual de Crédito Rural, proporcionando uma estrutura confiável e regulamentada para acesso ao financiamento. Por outro lado, o crédito rural não oficial, disponibilizado por uma variedade de agentes, como fornecedores de insumos, distribuidores e agroindústrias, pode oferecer flexibilidade e oportunidades únicas, adaptando-se melhor às necessidades específicas de determinadas regiões ou segmentos da agricultura. Em última análise, a diversidade de opções de financiamento rural pode promover um ambiente mais dinâmico e resiliente para os agricultores, contribuindo para o crescimento sustentável do setor agrícola.

2.4 CRÉDITO RURAL PARA JOVENS E MULHERES

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, resultou de pressões políticas de sindicatos rurais e movimentos sociais. Desde então, o Pronaf se estabeleceu como uma importante política pública de crédito rural,

dividindo-se em modalidades de custeio e investimento. Enquanto o custeio financia despesas anuais de produção, o investimento promove melhorias na produção e geração de renda alternativa. Os parâmetros para acesso ao crédito são revisados anualmente nos Planos Safra pelo governo federal (SCHNEIDER; MATTEI; CAZELLA, 2021; OSÓRIO HERNÁNDEZ, 2009).

O esvaziamento populacional juvenil no meio rural brasileiro, conforme dados do IBGE, é uma tendência em crescimento, especialmente no Rio Grande do Sul. Entre 1991 e 2010, a proporção de jovens em relação à população total diminuiu de 17,8% para 14,6%. Além disso, há uma clara disparidade de gênero, com uma presença menor de mulheres jovens no meio rural. Estudos mostram que muitos jovens têm aspirações voltadas para o estudo e o trabalho urbano, enquanto a sucessão de propriedades rurais enfrenta desafios significativos devido à falta de interesse das mulheres jovens em permanecer no campo (IBGE, 2010; BRUMER; SPANEVELLO, 2008).

O Pronaf Jovem Rural, introduzido no Plano Safra 2003/2004, representa uma abordagem inovadora ao inserir uma perspectiva geracional na política de crédito rural (MARIN et al., 2020). Esse programa destina-se a fornecer apoio financeiro aos jovens agricultores familiares, visando facilitar processos de sucessão hereditária e fortalecer a agricultura familiar (DE OLIVEIRA et al., 2014). Ao reconhecer os jovens rurais como agentes essenciais para a continuidade e reprodução do meio rural, o Pronaf Jovem busca criar condições favoráveis para que eles se estabeleçam e prosperem no campo (JUNIOR et al., 2021).

O Pronaf Jovem Rural, ao vincular o acesso ao crédito rural à qualificação profissional dos jovens do campo, tem como objetivo integrá-los às instituições de desenvolvimento rural (BANCO DO BRASIL, 2024). Por meio de cursos oferecidos por instituições educativas formais ou informais, os jovens adquirem habilidades técnicas e de gestão, preparando-se para administrar projetos agrícolas na agricultura familiar (MARIN et al., 2020).

No entanto, apesar das diretrizes do programa e das adaptações realizadas ao longo do tempo, as redes de apoio institucional necessárias para implementar efetivamente essa política ainda são frágeis em muitas regiões. A falta de acesso a cursos de qualificação, especialmente em áreas rurais mais remotas, dificulta a comprovação necessária para acessar o Pronaf Jovem (FOSSÁ; BADALOTTI; TONEZER, 2018). Além disso, a prioridade dada aos jovens na sucessão agrícola muitas vezes não é acompanhada por um apoio efetivo das instituições

públicas, o que limita suas oportunidades de desenvolvimento profissional e de permanência na agricultura familiar (COSTA; RALISCH, 2013).

O acesso das mulheres que trabalham na agricultura ao crédito rural foi uma conquista decorrente da pressão exercida pelos movimentos femininos nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, com o intuito de reconhecer o papel feminino neste setor (HEREDIA; CITRÃO, 2012). A criação do PRONAF em 1996 intensificou essa demanda, levando à implementação de cotas específicas para mulheres rurais em 2001 (FERNANDES, 2013). Posteriormente, o lançamento do PRONAF Mulher no Plano Safra 2003 foi uma resposta direta a essa reivindicação, oferecendo linhas de crédito voltadas para projetos específicos das mulheres agricultoras, visando aumentar sua autonomia econômica e participação nas atividades produtivas (FILIPAK; SAPIENSA; ALEIXO, 2012).

No entanto, apesar dos esforços governamentais para promover o acesso das mulheres ao crédito rural, a representação feminina continua sendo minoritária em comparação com a masculina (DE SOUSA et al., 2017). Desafios como a falta de informação, o receio do endividamento, a burocracia e a ausência de assistência técnica têm sido obstáculos significativos para as mulheres rurais (DOS SANTOS; RODRIGUES, 2023). Mesmo assim, aquelas que conseguem acessar o crédito têm aumentado sua participação nas atividades produtivas das propriedades, contribuindo para sua permanência no campo e para a mudança de percepção sobre seu papel na agricultura (DE CÁSSIA MACIAZEKI-GOMES et al., 2016).

Portanto, embora haja avanços na inclusão das mulheres e jovens no acesso ao crédito agrícola, é fundamental enfrentar os desafios existentes, como a falta de informação e a burocracia, para garantir uma representação mais equitativa e efetiva das mulheres rurais nesse aspecto. Essa maior participação pode não apenas fortalecer a autonomia econômica das mulheres, mas também contribuir para a sustentabilidade e desenvolvimento das comunidades rurais como um todo.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo está sendo abordada e descrita a metodologia realizada para desenvolver este trabalho com algumas instituições do município de Frederico Westphalen.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo realizado no município de Frederico Westphalen - RS, com jovens potenciais sucessores e instituições locais para buscar entender os processos decisórios voltados às políticas de crédito rural para os jovens e público feminino e quais os valores que as instituições e os jovens anseiam e consideram importante para tomar decisão através de questionários quantitativos (apêndice 2), que contém questões sobre valores e teoria da decisão. Com estes questionários foi feita a análise quantitativamente no processo de decisão dos jovens.

Além disso, busca também entender como as instituições atualmente estão entendendo o processo sucessório, se tem incentivo através de linhas de crédito, incentivo ao empreendedorismo, através de projetos e políticas em desenvolvimento e futuras e o que pode ser melhorado nas instituições para incentivar permanência, em especial dos jovens, nas propriedades rurais. Esta análise foi feita com entrevistas qualitativas às instituições buscando entender como as instituições atualmente estão pensando e atuando com jovens agricultores e agricultoras, as formas de incentivo, projetos em desenvolvimento, quais os futuros projetos e o que pode ser melhorado nas instituições para incentivar a sucessão dos jovens e a inclusão do público feminino nesse meio.

O presente estudo foi realizado com quatro instituições, sendo elas: EMATER regional, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sicredi Conexão, Sicoob. As entrevistas qualitativas às instituições tiveram como objetivo entender os processos de incentivos e de políticas de crédito rural voltados ao público feminino e aos jovens.

3.2 PLANO DA COLETA DE DADOS

Os dados secundários deste estudo foram buscados em diferentes artigos, teses de doutorado, e bibliografias adequadas, com o propósito de conhecer especialmente a teoria dos atributos de valor voltados à decisão e compreender as particularidades da agricultura familiar

e a dinâmica da sucessão hereditária. Para os dados primários foram aplicados questionários quantitativos (apêndice 2), desenvolvidos pelo Google formulário, para alunos da Escola Casa Familiar Rural do município de Frederico Westphalen/RS. Cerca de 25 jovens, sendo eles alunos do primeiro, segundo e terceiro ano. A escolha dos jovens se deu pela importância e influência da CRF na região. Com estes questionários foi feita a análise quantitativamente no processo de decisão dos jovens com o intuito de avaliar a percepção e o conhecimento sobre o Crédito Rural para jovens, também buscou entender o processo de sucessão familiar.

Para coletar informações a fim de fazer uma busca qualitativa (apêndice 1), foi realizado um roteiro de entrevistas com quatro instituições do município, sendo elas: Sicredi Conexão, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sicoob e Emater Regional. Para a escolha das instituições foi analisada a relevância das mesmas no município e o incentivo que proporcionam aos jovens e ao público feminino. As entrevistas foram realizadas presencialmente e de forma online via Google Meet, conforme a disponibilidade dos entrevistados. Aplicou-se entrevistas semiestruturadas para fazer avaliações qualitativas visando conhecer quais incentivos e propostas de cada instituição.

3.3 PLANO DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.

Os dados secundários, assim como as entrevistas semi-estruturadas são apresentados em forma de texto descritivo, sendo interpretados de forma a compreender as particularidades e as opiniões profissionais que fazem parte do processo da construção de debates e estratégias de ação em torno do tema Crédito Rural.

Por sua vez, os dados primários, apesar de não ter uma representatividade numérica mais ampla, atendem às necessidades estatísticas do estudo por se tratar de um público restrito e estão apresentados em forma de tabelas para melhor expressar as opiniões dos jovens. As tabelas, por sua vez, seguem interpretadas, de acordo com suas particularidades e relações com as orientações de valor e demais atributos que instigam e motivam as decisões dos jovens.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DE APOIO

Neste capítulo serão citados os programas e políticas públicas apontados pelas instituições financeiras do município de Frederico Westphalen, bem como uma análise sobre os resultados referentes às políticas de crédito rural para jovens e mulheres.

4.1.1 Sindicato dos trabalhadores rurais de Frederico Westphalen

A entidade que representa os agricultores frederiquenses foi fundada em 2 de março de 1964, onde este trabalha com associados e desenvolve ações e projetos para os mesmos. O presidente do sindicato demonstrou grande receptividade durante a entrevista, enfatizando no início que no passado, o êxodo rural era comum devido à escassez de políticas públicas, famílias grandes e a posse limitada de terras, levando os jovens no geral querer buscar novas oportunidades em outros locais.

Atualmente dentro do movimento sindical existe a comissão de jovens, com cerca de 30 jovens no ano, no qual é desenvolvido cursos e formação, sobre a sucessão rural, com uma das principais preocupações a geração de alimentos no futuro. Nesses momentos se busca entender o motivo dos jovens quererem permanecer ou sair das suas propriedades. Também, existe um trabalho forte na Casa Familiar Rural com o ensino médio e junto com as universidades através de programas e parcerias frisando a importância do jovem no agronegócio, que ele pode ter uma qualidade de vida, gerar o seu próprio emprego e aumentar o seu patrimônio, mas precisa se qualificar e acompanhar a tecnologia no campo.

Em relação à procura por políticas de crédito rural por jovens, o presidente do sindicato considera significativa. Há inúmeros associados entre 19 a 25 anos, que utilizam diversas linhas de crédito, como: Crédito para moradia, para habitação, custeio pecuário, custos das atividades normais e investimento, entre outros.

Sobre o papel da mulher no meio rural, o Sindicato trata como prioridade. Existem diversos programas e cursos direcionados para elas. A comissão de mulheres é responsável por organizar eventos como palestras, cursos de culinária e artesanato. É realizado visitas às comunidades com o projeto STR, Saúde e Bem estar, que proporciona para as mulheres um

momento de lazer e descontração com alguns profissionais da saúde, como fisioterapeutas e massagistas.

A procura pelo público feminino para usufruir do crédito rural, ainda é muito baixa. Mas, se encontra à disposição o Pronaf Mulher, como forma de incentivar as mulheres a investir em algo que se identifiquem na agricultura.

Ao ser questionado sobre os desafios encontrados nesse meio, cita como principal a forma que as instituições financeiras abordam os agricultores, que ao procurarem as linhas de crédito tentam oferecer algo a mais, como por exemplo um seguro ou consórcio. Assim, há casos de produtores que tendem a trocar de instituição ou mesmo não realizar algum financiamento. No modo geral, os produtores que frequentam o Sindicato dos Trabalhadores estão satisfeitos com as políticas e se sentem bem assistidos pelas instituições.

4.1.2 Sicredi Conexão

Fundada em 1993 no dia 12 de março, surgiu na cidade de Frederico Westphalen, outra cooperativa de crédito, que recebeu a denominação de CREDIFRED, sendo fundada por um grupo de trinta e dois agricultores, com o apoio da Cooperativa Triticola de Frederico Westphalen – COTRIFRED. No mesmo ano, ela passou a integrar o sistema Sicredi, adotando a denominação de Sicredi Frederico Westphalen. No ano de 2022 tornou-se Sicredi Conexão.

A cooperativa oferece todas as linhas de financiamento rural tanto linhas do BNDES, essas linhas são lançadas no início do plano safra. Também, oferece o Pronaf Mulher e Pronaf Jovem: produto de crédito dentro do âmbito do Pronaf. Esses programas seguem as mesmas taxas e condições, não há nenhum favorecimento nas taxas de juros para os públicos específicos.

A instituição trabalha com taxas de juros que variam de 4% a 6% no âmbito do PRONAF. Que podem ser acessadas por todos os públicos, desde que tenham CAP, DAP ou CAF ativos.

O representante pela carteira de crédito rural do Sicredi argumenta que existem várias formas de incentivos para o público feminino, inclusive diversos programas sociais para inclusão. Como por exemplo: Mulheres felizes brilham mais e Conexão Mulher, voltado para mulheres esposas de produtores. Também a cooperativa procura estar presente em encontros nas comunidades dos municípios, com o principal objetivo de incluir as mulheres

principalmente nos acionamentos do PROAGRO. Os mesmos percebem que antigamente o papel da mulher era assinar o documento para liberação e que nos dias atuais tem sido dada uma atenção especial para explicar tudo o que envolve o processo. Assim, tornando ela parte do processo entendendo os riscos, benefícios, as épocas e com isso contribuindo na organização da gestão das propriedades.

Para os jovens, ainda é muito comum se direcionarem até a agência apenas para acompanhar a família e não ter voz para tomar decisões. Nesse cenário, o trabalho para inclusão desse público tornou-se intenso, com programas sociais como o Líder Jovem, O objetivo do Programa é despertar em jovens de 16 a 21 anos a liderança, o empreendedorismo e o autoconhecimento.

Com relação a evolução do Crédito Rural para jovens, a instituição vê o cenário como benéfico, dessa forma está selecionando quem fica nas propriedades. Há inúmeros casos de jovens que tiveram uma experiência negativa, e os pais produtores acabam arrendando ou vendendo suas propriedades, principalmente produtores de leite. As famílias que terão sucessão, normalmente fazem investimentos maiores. No passado, os filhos geralmente se sentiam obrigados a ficar, atualmente está mudando. Mas, para que no futuro esse número de jovens e de mulheres no agronegócio aumente, é necessário fazer um trabalho forte através de projetos sociais, gestão de propriedades e de educação financeira.

No que diz respeito à procura do Pronaf Jovem na instituição, é relatado que é insignificante, geralmente os jovens estão inseridos em outras linhas do Pronaf, tanto no custeio como no investimento. A instituição afirma que deveria ter um trabalho de extensão, principalmente nas faculdades e colégios agrícolas. Pois muitas vezes os jovens têm interesse em investir e fazer a sucessão, mas a família não dá a liberdade necessária. Também, com auxílios de psicólogos, para fazer essa mudança de mentalidade e ajudar a entender de gestão.

Em relação à sucessão familiar, o incentivo dos pais melhorou, o mercado de emprego e renda no meio rural também está melhorando e evoluindo rapidamente. Nota-se que nas propriedades os filhos que estão desde início ou que os pais já delegam algumas funções desde muito cedo, é visível um futuro mais próspero. Como instituição, sempre é alertado os pais a não obrigar os filhos a ficar na propriedade, deixar que tomem suas próprias decisões.

Como forma de trazer esses públicos para as políticas de crédito rural, a Cooperativa compreende que precisa aumentar os prazos das operações para incentivar que esse público passe a aprender como funciona o processo. Como os jovens e as mulheres ainda são pouco inseridos, às vezes faltam informações e aprendizado. Também, sente a necessidade de ter

uma Assistência Técnica mais assertiva, vinculada a um acompanhamento e fiscalização periódica, a fim de observar se os produtores estão utilizando para a devida atividade. Além dos programas sociais, a instituição quer atuar dentro das Universidades através de parcerias com Extensão do município, para conseguir levar aos jovens educação financeira e gestão de propriedades.

4.1.3 Emater/RS-Ascar de Frederico Westphalen

No dia 18 de agosto de 1959 foi instalado em Frederico Westphalen o escritório municipal da Emater, um dos primeiros municípios do Rio Grande do Sul a receber a, na época, Ascar, com o objetivo de contribuir fortemente com o desenvolvimento da agricultura dos municípios da região.

A Emater é uma instituição pública que desempenha um convênio com municípios, com as prefeituras, que contratam para desenvolver as atividades de extensão rural e assistência técnica e social no campo. Entre tantas atividades que são desenvolvidas, têm atividades estratificadas para a juventude e o público feminino. As mulheres que estão na nossa região, são assessoradas para fazer parte de grupos e ter essa inclusão social. Os jovens são convidados a fazer parte de grupos para geração de renda e são incluídos nas visitas técnicas e em todos os eventos e visitas da Emater, pois o jovem está sendo assistido junto com a família.

Em relação aos Crédito Rural, a EMATER disponibiliza todas as informações referentes à política e o acesso sobre o Pronaf Mulher e o Pronaf Jovem. Relata que na maioria das vezes ele é utilizado apenas quando o produtor não consegue mais liberar um financiamento em seu nome, ou seja precisa de outro CPF para liberação.

Hoje, na EMATER existe o programa Bolsa Juventude, sendo um programa do governo de estado, que anualmente seleciona jovens em todo o estado para subsidiar. Cerca de 200 jovens ganham a ajuda de R\$3.000. O jovem precisa estar estudando no segundo ou terceiro ano de escola pública, ou nas casas familiares. Ao ser lançado o edital, a Emater trabalha na divulgação e após a inscrição, os candidatos passam por uma seleção em Porto Alegre. Os selecionados, na inscrição precisam apresentar um pré-projeto e documentação, e após ser selecionado elaborar um projeto produtivo na sua propriedade. A EMATER é responsável em auxiliar os jovens durante todo período da bolsa.

Segundo a EMATER, há duas décadas, a sucessão rural era marcada por um conceito

negativo sobre a vida no campo e uma renda limitada, levando os jovens a buscar oportunidades melhores fora da propriedade. Isso resultou no envelhecimento da mão de obra e na estagnação da diversidade na produção. Porém, nos últimos anos, com a ajuda da tecnologia, mecanização e modernização das ferramentas, os jovens estão optando por permanecer na propriedade e construir seu futuro ali mesmo.

A Coordenadora regional da EMATER cita que os principais motivos de ocorrer a sucessão são a renda, os avanços tecnológicos, qualidade de vida, laços familiares, oportunidades de emprego e o sentimento de pertencimento. Também, a Emater tenta debater sobre sucessão através do envolvimento com outros programas que já existem, não existe programas específicos de sucessão, também incentivam que as famílias dialoguem juntos o planejamento da propriedade para ter mais sucesso e incentivar a sucessão valorizando todos os membros da família.

Como forma de incluir o público feminino do meio rural, há um estímulo e apoio à organização social, grupos de mulheres nas comunidades, associações e cooperativas. Também é realizado eventos como seminários e encontros voltados à saúde, bem-estar, lazer e troca de experiências. Existem diversos cursos em parceria com a EMATER direcionados às mulheres, como de cursos de artesanato e curso de pães.

Quanto aos desafios enfrentados, tem sido abordado com frequência a questão de incluir a mulher nos projetos financeiros. Ainda há pouca procura, normalmente todo o projeto é desenvolvido pelo homem. Infelizmente, tem sido muito comum casos que as esposas vão até a instituição apenas para assinar, por isso a preocupação de sempre ter projetos de inclusão desse público e até quando elas vão junto com seus esposos tentar orientar e explicar para ela o que ela tá assinando e o por que ela tá assinando. Percebe-se que nas propriedades que a esposa tem esse protagonismo, ela está melhor desenvolvida.

Ao trabalhar diretamente com esse público, nota-se uma evolução muito grande ano a ano, hoje esse público prioriza sua independência e pensando em inovação e tecnologia nas propriedades. As redes sociais têm sido um fator positivo no meio agrícola, através de grandes influencers os jovens e mulheres se identificam com o trabalho mostrado por eles. Essa mudança vem ocorrendo de forma lenta, é preciso seguir firme com os programas sociais para ter um futuro próspero.

4.1.4 Cresol Raiz

A Cresol Frederico Westphalen, inaugurada em 05 de setembro de 2008. Seguindo os princípios do cooperativismo, a Cooperativa surgiu da necessidade de melhorias nas condições do crédito rural para a agricultura familiar na região onde está inserida, e para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável.

O Coordenador de negócios da Cooperativa discorre que o Pronaf Jovem não é procurado pelo público alvo pelos seguintes fatores: Essa linha de crédito limita a liberação de R\$ 25.000,00 para cada produtor jovem. Por vezes, aquele jovem que quer ficar na propriedade e fazer investimentos, acaba não sendo um valor suficiente. Visto que as condições de taxas de juros são de 4% ao ano. A instituição sugere que o poder público implemente medidas de juros diferenciadas para propriedades com planos de sucessão e torne o limite de crédito mais atrativo, a fim de promover incentivos para essas famílias.

A instituição Cresol, disponibiliza programas e cursos para ajudar as famílias na Sucessão rural, como o programa Juventude Conectada, que tem como objetivo despertar em jovens de 16 a 21 anos a liderança, o empreendedorismo e o autoconhecimento. Assim, é possível ter uma sociedade melhor, com a formação de jovens com espírito cada vez mais cidadão, preparados para o mercado de trabalho e para a vida.

Já no Pronaf Mulher, a instituição elenca que também há fatores limitantes para a procura, visto que a renda dessa mulher não pode passar de R\$ 25.000,00 no ano. Caso se enquadrar, o crédito que essa mulher pode acessar é de até R\$ 100.000,00 e a taxa anual dos juros é de 4%. Na visão da instituição financeira, a associada normalmente utiliza o valor para pagar despesas da família, logo teria que analisar a forma do pagamento desse crédito, uma vez que a renda é limitada. O público feminino por sua vez, há uma procura grande, porém acabam aderindo às linhas normais do Pronaf disponibilizadas pela instituição.

A cooperativa disponibiliza diversos programas de incentivo para o público feminino, como o Programa Elas Lideram e Potencializa Elas, além de estar sempre envolvidos com encontros para motivar esse público a estar cada vez mais perto da instituição. Hoje a Cooperativa Cresol entende que há uma necessidade de criar uma linha dentro do Pronaf com o objetivo específico de comprar imóveis no meio rural. Existe uma grande demanda para construção, reforma ou investimento em propriedades rurais, como fazendas, sítios ou terrenos destinados à produção agrícola, pecuária ou outras atividades relacionadas ao meio rural. Com condições específicas, como taxas de juros e prazos de pagamento diferenciados,

para atender às necessidades do setor agrícola e facilitar o acesso dos produtores rurais ao capital necessário para suas operações.

4.2 QUESTIONÁRIO COM JOVENS ALUNOS DA CASA FAMILIAR RURAL COM SUAS PERCEPÇÕES SOBRE O CRÉDITO RURAL NAS PROPRIEDADES E SUCESSÃO FAMILIAR

Neste capítulo serão expostos os resultados do questionário respondido por 25 jovens alunos da Casa Familiar Rural de Frederico Westphalen-RS, os jovens são residentes de diversos municípios da região. Os questionários quantitativos contêm questões sobre a decisão da sucessão familiar e como é abordado as políticas de crédito rural na propriedade.

4.2.1 Caracterização dos jovens potenciais sucessores

Os jovens apresentam idade entre 13 e 18 anos. A produção das propriedades desses jovens sucessores se baseia em: soja, milho, trigo, suíno e gado em geral, cana de açúcar, fumo, mandioca e frutíferas. A escolaridade dos jovens varia entre o 1º ano e 3º ano do Ensino Médio, todos matriculados na Escola Casa Familiar Rural do município de Frederico Westphalen-RS.

Tabela 1. Caracterização do local da propriedade

Local da propriedade	Porcentagem dos jovens que residem
Frederico Westphalen	4%
Erval Seco	8%
Jaboticaba	8%
Caiçara	16%
Palmitinho	8%
Rodeio Bonito	8%
Porto Alegre	4%
Santa Maria	4%
Santo Augusto	4%
Três Passos	12%
Vista Gaúcha	4%
Taquaruçu do Sul	4%

Fonte: Pesquisa de campo

Os dados coletados (tabela 01), apresentam uma análise sobre as cidades que os 25 jovens residem e possuem suas propriedades, onde mostra que a maior reside em Caiçara e Seberi. A escola utiliza a Pedagogia da Alternância, os jovens passam uma semana na CFR e duas semanas na propriedade em 3 anos de formação. Todos residentes do meio rural, os dados mostram que a influência da Casa Familiar Rural na região é atrativa para os jovens que estão ingressando no Ensino Médio, visto que a escola se diferencia em vários aspectos, como a união da família e formação de expectativas e sonhos, assim como a possibilidade de dar continuidade na propriedade familiar.

4.2.2 Conhecimento dos jovens sobre as Políticas de Crédito Rural disponíveis.

Na pergunta que diz: Você conhece as políticas de crédito rural disponíveis em instituições financeiras? Os resultados foram:

Tabela 2. Conhecimento sobre as políticas de crédito

Conheço pouco	52%
Conheço muito	12%
Não conheço nada sobre	36%

Fonte: Pesquisa de campo

Analisando os resultados (tabela 02), pode-se perceber que a juventude não tem conhecimento sobre as políticas públicas de crédito rural. Cerca de 36% não têm conhecimento nenhum sobre a importância das finanças da propriedade. Na Escola Casa familiar rural, há disciplinas voltadas à administração das propriedades bem como exemplos reais dos custos e lucros. Segundo a diretora da Casa Familiar Rural (CFR) de Frederico Westphalen, as aulas de educação financeira são importantes nos 3 anos de formação, para os jovens terem objetivos, metas e controle financeiro. Os dados obtidos são relevantes, pois as propriedades onde os filhos participam do meio financeiro desde sua juventude, serão propriedades com maiores chances de terem um futuro próspero e um investimento positivo.

4.2.3 Se já utilizaram e qual foi a finalidade do uso as políticas de crédito rural

A utilização do crédito rural se tornou uma ferramenta importante para as propriedades rurais. Dessa forma, ao serem questionados se já utilizaram esse meio na propriedade, os resultados foram:

Tabela 3. Utilização e finalidade do crédito rural na propriedade.

UTILIZAÇÃO		FINALIDADE	
Sim, já utilizamos	68%	Investimentos na propriedade	90%
Nunca utilizamos	32%	Custeio de lavouras	10%

Fonte: Pesquisa de campo

Os dados coletados (tabela 03), apresentam uma análise sobre o quanto é procurado os financiamentos e quais são as finalidades na propriedade. Onde a maior parte já fez o uso para investimentos como compra de terras, construção de galpões, instalação de sistemas de irrigação ou ordenha, compra de maquinários, entre outros. Esses investimentos ajudam a melhorar a eficiência da produção e se tornaram ferramentas valiosas para impulsionar o desenvolvimento e crescimento da propriedade. Uma pequena porcentagem relatou que já solicitou o crédito para custear as lavouras, utilizado para compra de insumos, pagamento de mão-de-obra e despesas com manutenção.

Torna-se essencial esse meio de financiamento para garantir que as lavouras continuem funcionando de forma lucrativa. Cerca de 32% nunca utilizaram nenhuma forma de crédito rural, a porcentagem expressiva se diz por não ter conhecimentos suficientes sobre, por ter um ciclo de endividamento na família ou por medo de ter uma dívida excessiva. Com isso, é necessário continuar ensinando e alertando os jovens sobre as finanças, para esses agricultores não pegarem empréstimos além de sua capacidade de pagamento e ver as políticas de crédito rural como algo benéfico para as propriedades.

4.2.4 Pronaf Jovem

Questionados sobre o conhecimento a respeito do meio de financiamento Pronaf Jovem, se já foi utilizado e de qual forma que foi utilizada essa forma de crédito rural. Os resultados obtidos foram:

Tabela 4. Conhecimento e interesse dos jovens no Pronaf jovem

CONHECIMENTO		INTENÇÃO DE ACESSAR	
Conheço e já utilizei	0%	Sim	41,7%
Conheço mas nunca utilizei	40%	Não	4,2%
Não conheço	60%	Talvez	54,2%

Fonte: Pesquisa de campo

Analisando as respostas da (tabela 04), percebe-se que os jovens têm interesse nos meios de financiamentos das instituições, porém há pouco ou não existe conhecimento sobre essa política. Os meios de financiamento do Pronaf contribuem diretamente nas novas ideias dos jovens, logo vai ter uma propriedade mais rentável e terá maior qualidade de vida.

Com forma de mudar a porcentagem e incluir a juventude nesse meio, é necessário incluir Crédito Rural nas disciplinas do Ensino Médio, como Economia, Geografia e Matemática, assim passam a entender como procede um financiamento agrícola e seu impacto. Apresentar em sala de aula casos reais de jovens que obtiverem sucesso nesse meio, fazer simulações reais com ajuda das instituições para melhor entendimento dos benefícios, estabelecer parcerias com as mesmas em dias de campo para observar onde é utilizado esses créditos e por fim, trazer essas instituições seja de apoio ou de financiamento para dentro da sala de aula, com a finalidade de incluir a educação financeira em todas as etapas da juventude.

4.2.5 Sucessão familiar

Tabela 5. Influência do crédito rural na sucessão familiar

Terá sucessão familiar?		Os meios de crédito rural facilitam e teriam influência para uma possível sucessão familiar?	
Sim	84%	Facilita muito	76%
Não	0%	Facilita pouco	16%
Não conversamos sobre isso ainda	16%	Não interfere em nada	8%

Fonte: Pesquisa de campo

O processo de sucessão familiar é de extrema importância, tema a ser debatido para preparar o sucessor desde cedo. Há a necessidade de ser uma decisão em que ambos estejam cientes e com os mesmos propósitos, os filhos podem decidir e responder se têm interesse ou não em serem os sucessores da propriedade, pois essa decisão pode impactar não apenas o futuro da empresa, mas também as relações familiares.

No estudo realizado foi obtido um valor significativo que 84% familiar serão os sucessores da propriedade, visto que esses resultados positivos são frutos de debates sobre sucessão e da valorização da propriedade nos parâmetros de renda. Para a Casa Familiar Rural, o tema sucessão rural, é abordado frequentemente nas aulas, os professores sentem a necessidade de os jovens aprenderem como continuar na propriedade, atuando no campo, melhorando o manejo das atividades, administrando, com resultado dos custos de produção para saber onde agregar valor e fazer com que a propriedade, gere mais lucros e consequentemente ter uma melhor qualidade de vida.

Enquanto, para os 16% que responderam “não conversamos sobre isso ainda”, a porcentagem relevante, na maioria das vezes é por motivos dos pais serem jovens ou então há mais de um irmão interessado nessa sucessão, assim o processo tende a ser mais lento visto que deve envolver uma distribuição justa de propriedade entre os membros familiares.

Ao se tratar da influência da sucessão rural com os meios de crédito rural, 76% dos jovens responderam que facilita muito. Segundo Ziger, V (2017), o Crédito Rural para Agricultura Familiar é um dos grandes responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores, que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas por movimentarem pequenas quantias de dinheiro.

Ziger, V (2017) relata que o meio rural hoje também é um lugar de informação e educação, programas de assistência técnica, educação no campo e outros avanços, aproximaram da agricultura familiar o acesso às tecnologias e inovações necessárias para a própria inserção dos produtos no mercado. Entretanto, o padrão de desenvolvimento bem sucedido, é aquele que valoriza a agricultura e o espaço rural, privilegiando a diversificação da produção, o que ainda desafia as nossas organizações e a própria política pública.

As economias rurais tendem a ter um grande impacto quando os agricultores têm recursos financeiros à disposição, com isso o acesso ao crédito por esses jovens, potenciais sucessores, influencia o desenvolvimento econômico social e promove melhorias significativas na qualidade de vida de suas famílias.

5 CONCLUSÃO

O crédito rural surge como uma ferramenta essencial para capacitar jovens agricultores a ingressarem e terem sucesso no âmbito rural. Ao decorrer deste estudo, abordamos os principais desafios enfrentados pelos jovens ao buscarem crédito e os motivos pelos quais não, assim como as vantagens que esse acesso pode trazer. Desde melhorias na tecnologia agrícola a oportunidades de aprendizado e aperfeiçoamento, o crédito rural não apenas fortalece a estabilidade econômica no agronegócio, mas também auxilia no desenvolvimento rural.

Porém, é fundamental reconhecer que o sucesso do crédito rural destinado para esse público depende de diversos fatores além da disponibilidade de financiamento. Depende de políticas eficazes de apoio, programas de capacitação e orientação para os jovens e familiares. Necessita criar formas de parcerias entre os setores público e privado e instituições de ensino, programas preparatórios para Sucessão Familiar, realizar projetos de extensão diretamente em suas propriedades, ter acompanhamentos técnicos e psicológicos e trabalhar a inclusão dos jovens através da Educação Financeira e gestão de propriedades. Promovendo, dessa maneira, o incentivo para investir e permanecer na agricultura e ter um crescimento constante e uma melhor qualidade de vida

O estudo também classificou que o crédito rural desempenha um papel importante na capacitação das mulheres agricultoras. Os recursos que as instituições oferecem, sejam financeiros ou em programas de incentivo, trazem como benefícios expandir seus negócios, melhorar suas condições e qualidade de vida, estar presente nas finanças das propriedades, investir em uma fonte de renda na propriedade que mais tem afinidade e contribuir para o crescimento econômico rural. Foram relatados os desafios enfrentados pelas mulheres no acesso ao crédito, principalmente a falta de incentivo, atenção e inclusão nos projetos financeiros. Também, foi descrito, os benefícios que o acesso ao crédito pode trazer para o público feminino, incluindo os incentivos e programas específicos, relatando tamanha importância da inclusão e o forte desenvolvimento das propriedades onde as mulheres estão à frente.

É fundamental reconhecer que o sucesso do crédito rural para mulheres não se limita apenas à disponibilidade de financiamento, mas também requer políticas inclusivas, programas de capacitação específicas sobre a gestão financeira das propriedades, fortalecer programas de apoio juntamente com suas famílias afim de promover a igualdade de gênero no

setor rural, e também impulsionar o desenvolvimento de suas propriedades para construir um futuro mais próspero e inclusivo para todas as mulheres rurais.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília, DF: IPEA, 41 p. 1999.

AGUIAR, Beatriz Lorena de Assis et al. **LINHAS DE CRÉDITO RURAL. LINHAS DE CRÉDITO RURAL**, 2019.

ALMEIDA, A. de. **Mercados informais como fonte alternativa de liquidez para os agricultores**. 1994. 204p. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Piracicaba. 1994.

ARAÚJO, P.F.C. de. Política de crédito rural: reflexões sobre a experiência brasileira. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil: IPEA. **Textos para discussão CEPAL-IPEA, 37**. 2011. 65p.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. Campinas: Alínea, 2018.

BANCO DO BRASIL. **Pronaf Jovem**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/agronegocios/agronegocio---produtos-e-servicos/pequeno-produtor/investir-em-sua-atividade/pronaf-jovem#/>. Acesso em: 06 abr. 2024.

GASSON, R. Goals and Values of Farmers. *Journal of Agricultural Economics*, Malden, v. 24, p. 521-538, 1973.

BRASIL. **Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural – CPR, 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20 de dezembro de 1989, e dá outras providências. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111076.htm. Acesso em: 04 abr. 2024.

BRASIL. **Presidente anuncia Plano Safra 2023/2024 com financiamento de R\$ 364,22 bilhões**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024>. Acesso em: 05/04/2024.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. **Jovens agricultores da região Sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS**, 2008.

COSTA, Fernando Luis Martins; RALISCH, Ricardo. A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, p. 415-432, 2013.

COUTO, Claudio Gonçalves; ABRUCIO, Fernando Luiz. **A redefinição do papel do Estado no âmbito local**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, ano 10, nº 3, p. 40-47, 1996.

DE CÁSSIA MACIAZEKI-GOMES, Rita et al. Participação política e subjetividade– Narrativas de vida de trabalhadoras rurais do sul do Brasil. **Psico**, v. 47, n. 2, p. 148-158, 2016.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

DE OLIVEIRA, Michael Cerqueira. Transversalidade em políticas públicas para a juventude: a experiência de trabalho de campo no Plug Minas. **NAU Social**, v. 5, n. 8, 2014.

DE SOUSA, Gerlúcio Moura Bezerra et al. Gênero e acesso ao crédito rural na Associação Municipal Mulher Flor do Campo em Pernambuco. **Extensão Rural**, v. 24, n. 4, p. 31-47, 2017.

DE SOUZA, Anderson Reginaldo et al. Rural credit in Brazil: a survey of the state of the art. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 12, p. 23629-23651, 2023.

DELGADO, Guilherme C. Mudança técnica na agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 2, n. 1, p. 79-97, 1985.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século [1965-2012]**. Editora da UFRGS, 2012.

DOS SANTOS, Cleonice Elias; RODRIGUES, Roberto Nascimento. O Pronaf na perspectiva das relações de gênero no Semiárido norte mineiro: a percepção de mulheres no município de Porteirinha, Minas Gerais. **Revista Espinhaço**, 2023.

EUSÉBIO, G. dos S.; TONETO, R. Uma análise do acesso ao crédito rural para as unidades produtivas agropecuárias do Estado de São Paulo: um estudo a partir do LUPA. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 38, 2012.

FAVARETO, Arilson et al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2010.

FERNANDES, Sirlei A. Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. **Grifos**, v. 22, n. 34/35, p. 157-175, 2013.

FILIPAK, Alexandra; SAPIENSA, Larissa; ALEIXO, Sany Spínola. A política de crédito rural e a autonomia econômica das mulheres: Um estudo de caso do PRONAF-Mulher. **Anais Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Florianópolis**, 2012.

FOSSÁ, Juliano Luiz; BADALOTTI, Rosana Maria; TONEZER, Cristiane. As linhas alternativas do Pronaf em Santa Catarina: alcances e limites. **Revista Acta Ambiental Catarinense**, v. 15, n. 1/2, p. 40-56, 2018.

FÜRSTENAU, Vivian. A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960. **Ensaios FEE**, v. 8, n. 1, p. 139-154, 1987.

GRISA, Catia. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em Debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010.

GUANZIROLLI, Carlos Enrique. Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Niterói: Faculdade de Economia**, 2006.

HENTZ, Carla; NETO, Carlos de Castro Neves. Estado, políticas públicas e a agricultura no Brasil: Um espaço em permanente construção. **CAMINHOS DE GEOGRAFIA-revista online, Uberlândia**, v. 17, n. 59, p. 244-260, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico – 2010**. Brasília, 2010. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 06 abr. de 2024.

JUNIOR, Valdemar João Wesz. O PRONAF pós-2014: intensificando a sua seletividade?. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 89-113, 2021.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, p. e187438, 2020.

MOREIRA, Elaine Martins. 2017. **A Contrarreforma agrária no Brasil (1995-2014)**. 2017. 261 f. Tese (Doutorado em Política Social e Trabalho) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, RO de. Desenvolvimento, Política Agrícola e Política Rural: do setorial ao territorial. **Informações Econômicas, São Paulo**, v. 32, n. 12, p. 7-15, 2002.

OSORIO HERNÁNDEZ, Carmen. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?**. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2009.

RAMOS, Simone Yuri; MARTHA JUNIOR, Geraldo Bueno. Evolução da política de crédito rural brasileira. **Planaltina: Embrapa Cerrados**, 2010.

ROCHA, Guilherme André Peleglini; OZAKI, Vitor Augusto. Crédito rural: histórico e panorama atual. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 4, p. 6, 2020.

RUIZ, Eliziane Nicolodi Francescato; GERHARDT, Tatiana Engel. Políticas públicas no meio rural: visibilidade e participação social como perspectivas de cidadania solidária e saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 22, p. 1191-1209, 2012.

SCHEDENFFELDT, Bruna Ferrari et al. Instrumentos privados de financiamento do agronegócio. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 1, p. 70, 2021.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf–Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, p. 88-125, 2004.

SCHNEIDER, Sergio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, p. 88-125, 2004.

SILVA, Débora Jaysa Sousa; DE CARVALHO, Hebner Martins. O Sistema Nacional de Crédito Rural Como Política Agrícola de Incentivo as Famílias de Produtores Rurais. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 16, p. 50-67, 2022.

SILVA, G. S. **Novos instrumentos de financiamento do agronegócio brasileiro e uma análise das alternativas de investimentos para o CDA/WA**. 2006. 243 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. 2006.

SPANVELLO, Rosani Marisa et al. Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 212-235, 2021.

WEDEKIN, Ivan et al. **Política agrícola no Brasil: o agronegócio na perspectiva global**. 2019.

DE MEDEIROS HESPANHOL, Rosângela Ap. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 5, n. 10, p. 123-147, 2010.

ZIGER, V. **O Crédito Rural e a Agricultura Familiar: desafios, estratégias e perspectivas**. 2017. Disponível em: <https://publicacresol.cresolstituto.org.br/wp-content/uploads/old/pesquisa/73.pdf>

7 APÊNDICE

APÊNDICE 1

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM INSTITUIÇÕES

- 1- Quais serviços a instituição oferece em relação ao Crédito Rural e como é desenvolvido;
- 2- Perspectiva de presente passado e futuro em relação as políticas de crédito rural;
- 3- Cenário atual do meio rural;
- 4- Formas de incentivos para mulheres;
- 5- Incentivos e apoios para jovens;
- 6- Como funciona o PRONAF Jovem e PRONAF mulher e como é a procura por esse público;
- 7- Como a instituição debate a sucessão familiar.

APÊNDICE 2

APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO AOS JOVENS DA CASA FAMILIAR RURAL

Prezado jovem

Ao cumprimentá-lo, pedimos a sua colaboração respondendo o questionário que objetiva compreender o conhecimento sobre as políticas de crédito rural e o andamento da sucessão familiar. O questionário servirá para compor os dados de campo do trabalho de conclusão de curso, que tem como título: **POLÍTICAS DE CRÉDITO RURAL PARA JOVENS E MULHERES.**

Qual sua idade?

- () 13 anos
- () 14 anos
- () 15 anos
- () 16 anos
- () 17 anos
- () 18 anos

Qual sua cidade de origem? _____

O que você e sua família produzem na propriedade? _____

Você conhece as políticas de crédito rural disponíveis nas instituições financeiras?

- Conheço pouco
- Conheço muito
- Não conheço nada sobre

Você e sua família já utilizaram algum meio de crédito rural para sua propriedade?

- Sim, já utilizamos
- Não, nunca utilizamos

Se já utilizou as políticas crédito rural, qual foi a finalidade? _____

Você conhece ou já utilizou o PRONAF Jovem?

- Conheço e já utilizei
- Conheço mas nunca utilizei
- Não conheço

Gostaria de acessar o PRONAF Jovem?

- Sim
- Não
- Talvez

Se sim, para qual finalidade você gostaria de acessar o PRONAF Jovem? _____

Terá sucessão familiar na propriedade da sua família?

- Sim
- Não
- Não falamos sobre isso ainda

Com os meios de crédito rural que hoje existem, na sua opinião, facilita e teria influência para uma possível sucessão familiar?

- Facilita muito
- Facilita pouco
- Não interfere em nada